

NOVOS TEMPOS PARA O COOPERATIVISMO

No final de agosto, realizou-se em Quebec - Canadá - um Congresso da Aliança Cooperativa Internacional cujo tema central é a associação ou filiação a cooperativas.

Esse Congresso se realiza num momento de extraordinária importância para a história e para o futuro do cooperativismo mundial.

A economia globalizada e sua herdeira mais cruel, a liberalização dos mercados, fizeram nascer e crescer selvagemmente as forças impiedosas da competição, cavalgadas sem tréguas pela eficiência, pela profissionalização, pela redução de custos, pela qualidade, pela tecnologia, pela produtividade.

Cooperativas de todos os segmentos e de todas as regiões do planeta foram colhidas por este galope desenfreado e a ele tiveram que se submeter. A capitalização, o crédito, a fidelidade, a reorganização do quadro social, a renovação da gestão, o investimento em recursos humanos, tudo em nome da 3ª guerra mundial - a guerra por mercados -, tudo em nome da concorrência, são questões que afetam universalmente todo movimento cooperativo.

A necessidade de novas lideranças carismáticas e visionárias se impõe: não basta ser um bom intérprete dos anseios da base social para ser um bom líder.

É preciso agora conduzir a base ao seu futuro. A agilidade determinada pela guerra não permite mais a democracia da consulta demorada às bases. É preciso ter pro-

gramas prévios aprovados pelas bases nas eleições para os conselhos e para os executivos das cooperativas. Isso compatibiliza a necessária democracia com a agilidade indispensável. Legislações mais acordes com os princípios redesenhados em Manchester, em 1995, são necessárias em todos os continentes, exigindo das lideranças mais proximidade dos legislativos nacionais.

Alianças estratégicas e parcerias insuspeitas multiplicam-se com êxito e as relações com os estados passam por crises e por acordos de grande impacto.

Há, em andamento, uma gigantesca transição dentro do cooperativismo mundial.

É o segundo fluxo do movimento, navegando entre as duas margens já intensamente identificadas: de um lado, o mercado, exigindo das cooperativas uma posição ditada pelo ganho financeiro; de outro, a felicidade das pessoas - membros ou não da cooperativa - da sua área de ação. Na verdade, estamos de volta ao futuro, reafirmando, com essas duas margens, a dicotomia eterna do cooperativismo: o econômico e o social - nosso desafio, mas também nossa diferença vantajosa. Nosso medo e nossa mágica.

Mas, de todo esse processo, há um assunto que se destaca do ponto de vista da ação das cooperativas: trata-se de necessidade de crescimento, cuja única forma, dada a questão da área de ação, é a fusão, ou incorporação.

Esse é um modelo que se insere naturalmente em um dos elementos chaves da globalização: a concentração. A concentração nasceu no mesmo berço da globalização; é sua propulsora e seu resultado; sua filha e sua mãe. Em todos os setores da economia, empresas se juntam e se transformam em gigantes econômicos, sem conhecer limites ou fronteiras. De bancos a supermercados; de seguradoras a empresas de consultoria; de hospitais a escolas, concentra-se, concentra-se, concentra-se.

É uma onda irreversível que não se pode afrontar, um maremoto - é preciso aderir a ele, surfar esta onda espetacular para nela não se afogar. As cooperativas não têm

outro caminho que não seja o da concentração, para sobreviver e também competir. E estão fazendo isso com exemplos exitosos em todos os quadrantes.

Mas a concentração é apenas uma face da moeda. A outra face é a da exclusão. Quanto mais se concentra, mais se exclui: a onda também mata, e vai engrossando o contingente dos excluídos pelo mundo afora. Sua face mais horrenda é a do desemprego, mas não é a única. A falta de perspectiva de melhorar o salário e o padrão de vida não poder ir ao cinema ou ao futebol; não poder sair com os amigos para jantar ou, menos ainda, convidá-los à casa; tudo é exclusão. Não poder pagar uma boa escola aos filhos nem comprar o último CD, assinar uma revista nova - exclusão.

A exclusão amplia, aprofundando e alargando, os abismos sociais. Os miseráveis se multiplicam, podem unir-se à droga e ao terrorismo, à guerrilha e ao banditismo gratuito.

Mas, acima de tudo, podem ser massa de manobra dos inimigos da democracia. Podem ser uma ameaça à democracia, evidentemente. Os exércitos de desempregados dos países em desenvolvimento já alimentam movimentos sociais procedentes e, às vezes, violentos. Trazem medo e insegurança. Daí vem a redução de investimentos, o que potencializa a exclusão, e aumenta a ameaça à democracia e aos governos democráticos, que precisam, urgentemente, investir no social para resistir a ela.

A exclusão é a irmã siamesa da concentração e, ao contrário desta, que surgiu no berço da globalização, poderá ser o ataúde da globalização, se governos e sociedades não reagirem.

Pois é aqui que as cooperativas têm, em sua segunda onda, a grande chance de defender a democracia e, por via de consequência, a paz.

Em primeiro lugar porque a concentração dentro do cooperativismo não provoca exclusão. Ao contrário, inclui todos no processo, no que diz respeito ao acesso aos grandes mercados internacionais, ao mesmo tempo em que mantém abertos os mercados locais. E, em segundo lugar, cooperativas são também uma saída para os excluídos de outros setores.

No mundo todo, jovens egressos das universidades e sem oferta de emprego, se juntam em cooperativas de profissionais liberais. Funcionários demitidos de estatais privatizadas criam cooperativas de serviço e trabalham para os antigos patrões e para outros, novos.

As cooperativas incluem. É bem verdade que, em defesa de sua imagem, precisam expulsar os maus cooperados, os maus dirigentes, os maus funcionários e precisam denunciar as cooperativas de fachada. Mas isso não é excluir, é separar o joio do trigo.

Por todas essas razões, as cooperativas podem ser aliadas perfeitas de governos sérios em defesa da democracia.

E como tal precisam ser entendidas e tratadas, sem privilégio, mas com isonomia em relação a outros agentes econômicos, sem paternalismo, mas com fraternidade, sem idiosincrasias causadas pelo passado recente, mas com a abertura dada pelo futuro imediato.

Eis aí o novo papel do cooperativismo, que transcende o social e o econômico, mas os fortalece na defesa da democracia, pilar mais sagrado do movimento. É com essa preocupação que a ACI está se estruturando para olhar o mundo de nossos filhos e netos.

Não foi por outra razão que o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas preparou uma mensagem a ser endereçada à próxima assembleia daquela entidade, no segundo semestre deste ano, recomendando a todos os governos que valorizem o movimento cooperativo como um instrumento válido para a organização econômica da sociedade, gerador de empregos, distribuidor de renda, preservador dos recursos naturais, garantidor de segurança alimentar e da qualidade dos alimentos, entre outras virtudes manifestas nas suas diversas áreas de atuação.

Roberto Rodrigues

Presidente da Aliança Cooperativa e Internacional e da Associação Brasileira a Agribusiness (ABAG) e Professor de Economia Rural da UNESP - Jaboticabal.